

O sindicato dos professores e o impacto das reformas neoliberais

Alex Ricardo Bombarda

Como citar: BOMBARDA, A. R. O sindicato dos professores e o impacto das reformas neoliberais. *In:* DEO, A.; SARTORETTO, L. (org.). **Determinações do Mundo do Trabalho:** centralidade do trabalho, lutas sociais e crítica da economia política. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 75-88.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-11-8.p75-88>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

O SINDICATO DOS PROFESSORES E O IMPACTO DAS REFORMAS NEOLIBERAIS

Alex Ricardo Bombarda

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é apresentar o projeto de pesquisa que versará acerca do tema do sindicalismo no Brasil com o objetivo geral de verificar a atuação do sindicato em um contexto de flexibilização, desregulamentação e precarização das relações trabalhistas. Para realizar esta proposta, será considerado o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e as mudanças ocorridas nas relações de trabalho dos professores que atuam na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (baixos salários, vínculo empregatício precário, divisão dos docentes em categorias, política de bonificação com base em resultados etc.). Quanto aos objetivos específicos pretende-se:

- I. Averiguar o impacto dessa precarização em relação a atuação do sindicato;
- II. Analisar a política sindical adotada pela APEOESP ao longo do processo de implementação dessas reformas na rede de educação do Estado de São Paulo;

- III. Verificar o número de professores sindicalizados ao longo dos anos de 1980, 1990 e nas duas primeiras décadas dos anos 2000;
- IV. Realizar levantamento acerca do número de greves e paralisações convocadas pelo sindicato nos anos de 1980, 1990 até 2020;
- V. Conhecer o posicionamento dos representantes da APEOESP em relação às reformas educacionais implementadas e ao impacto dessas mudanças no referido sindicato;
- VI. Avaliar se essas mudanças contribuíram, ou não, para o enfraquecimento da APEOESP.

A tese subjacente a esta pesquisa é a de que o processo de flexibilização do trabalho - sofrido pelos trabalhadores da educação desde a segunda metade da década de 1990 - impactou de forma negativa na atuação do sindicato e criou empecilhos para um maior engajamento dos professores na luta por melhores condições de trabalho.

Quanto à metodologia, será realizada minuciosa pesquisa bibliográfica de autores que discutem o tema do sindicalismo e das mudanças nas condições de trabalho dos professores da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. Para coleta de dados, além dos boletins informativos disponibilizados no site <http://www.apeesp.org.br/>, será realizada pesquisa nas resoluções dos Congressos Estaduais (Sindical), que é a instância máxima de deliberação da entidade APEOESP. Essa reunião, que ocorre a cada três anos, obedece a seguinte ordem: Congresso Sindical, Eleições da Diretoria e Conferência Educacional. Essa última tem como objetivo fixar as diretrizes da entidade no campo educacional, cultural e outros eventos.

Para verificar se o referido sindicato foi afetado pelas reformas neoliberais implementadas, será feita pesquisa buscando verificar o número de professores sindicalizados ao longo dos anos de 1980, 1990 até o ano de 2017 e, também, o número de greves, paralisações convocadas pela categoria e a adesão dos docentes a esses movimentos. Além dessas

informações serão analisadas as resoluções dos Congressos Estaduais, já citado no parágrafo anterior, verificando o conteúdo das proposições e as ações votadas pelos representantes com o intuito de aferir quais mudanças e estratégias o sindicato tem adotado para reverter um possível enfraquecimento desta instituição.

O NEOLIBERALISMO E SEU IMPACTO SOCIAL

Desde o início dos anos de 1970 os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental foram afetados por uma série de mudanças que autores, como David Harvey (1992), classificaram como sendo uma nova etapa do capitalismo. Nessa etapa, aquele modelo que se constituiu no período pós-segunda guerra mundial, que foi marcado pelo fordismo e pelo Estado de bem-estar social, foi sendo substituído por um modelo classificado de neoliberal.

Esse modelo neoliberal promoveu uma série de mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que afetaram diversas instituições. A queda na produtividade e da lucratividade ocorrida desde 1966 marcou o começo de um problema fiscal nos Estados Unidos que solapou o fordismo e as políticas keynesianas, que foram se mostrando incapazes de dirimir as contrações inerentes ao modo de produção capitalista.

Assim, os anos de 1970 e 1980 foram marcados por um processo de reestruturação econômica e reajustamento social e político. Para Harvey (1992), a reorganização da indústria, na área social e política é classificada como sendo um período de acumulação flexível. Esse período estabeleceu uma espécie de contraponto a rigidez que era característica do período que se estendeu de 1945 a 1973, que foi marcado pela força do movimento sindical e pela tentativa de expandir para o maior número de pessoas os benefícios do estado de bem-estar social.

Do ponto de vista do trabalho, a divisão entre uma força de trabalho predominantemente branca, masculina e fortemente sindicalizada e o restante da população excluída desse processo representava um problema. Desse modo, o modelo fordista significava uma rigidez nos mercados de trabalho, que dificultava a realocação do trabalho de uma linha de produção para outra. Além disso, o poder exclusivista dos sindicatos fortalecia sua

capacidade de resistir à perda de habilidades, ao autoritarismo, à hierarquia e à perda de controle no local de trabalho (HARVEY, 1992).

Assim, o modelo fordista de produção se manteve firme até 1973. Os padrões de vida para a massa da população dos países capitalistas avançados se elevaram ao mesmo tempo em que um ambiente relativamente estável para os lucros corporativos prevalecia. Esse quadro somente foi abalado pela aguda recessão de 1973 que deu início a um processo de transição rápido no regime de acumulação.

Diversos autores abordaram as consequências dessas políticas neoliberais nos países onde elas foram implementadas. Loïc Wacquant apontou em sua obra “As Prisões da Miséria”, publicado no ano de 1999, a tendência, cada vez mais latente, de enfraquecimento dos Estados de bem-estar social que haviam sido constituídos nos Estados Unidos e em países da Europa ocidental com o intuito de dirimir as desigualdades geradas numa economia de mercado.

Com o processo de desmonte desse estado de bem-estar social, passou a se estruturar a chamada penalidade neoliberal que tinha o intuito de combater o estado de delinquência gerado pela ausência de políticas sociais capazes de reverter a condição dos excluídos do mercado de trabalho.

A crise econômica ocorrida nos primeiros anos da década de 1970, que foi agravada pela crise do petróleo (1973), gerou milhares de desempregados. Nesse contexto, segundo Wacquant (2011), surgiram diversas vozes favoráveis a instituição dessas políticas neoliberais. Uma dessas vozes foi a de Lawrence Mead, que defendia que a parcela da sociedade desempregada deveria aceitar qualquer emprego, independente das condições de trabalho e salário.

Mead chegou a defender a existência de dispositivos que obrigassem os desempregados a aceitarem qualquer trabalho, mesmo contra sua vontade. Do mesmo modo que o serviço militar teria permissão para recrutar um indivíduo para o exército, deveria o Estado, do mesmo modo, recrutar os desempregados para o trabalho, mesmo sendo esse trabalho sub-humano e sub-remunerado.

Para os defensores dessa nova modalidade neoliberal, a culpa do desemprego e das más condições de vida seriam do indivíduo e não da ordem social e política vigentes. Assim, nesse contexto pós-segunda guerra

mundial, o desemprego decorrente desse processo de racionalização, reestruturação e intensificação do controle de trabalho permitiu que os empregadores passassem a exercer pressões mais fortes no controle da força de trabalho.

Isso contribuiu, segundo Harvey (1992), para o aumento do desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e retrocessos no poder sindical, que era uma das colunas mais fortes do regime fordista.

O impacto dessas mudanças sobre o sindicato foi significativo. A possibilidade de subcontratação reforçou o surgimento de atividades que antes eram apêndices do sistema produtivo, como as oportunidades de pequenos negócios, trabalho doméstico, artesanal, familiar, paternalista etc. Isso fez proliferar economias informais, subterrâneas, ligadas ao mercado negro que implicou, no mundo desenvolvido e subdesenvolvido, mudanças significativas no modo de controle do trabalho e do emprego.

Esse processo prejudicaria os sindicatos na medida em que o acesso dessa instituição nos sistemas de trabalho familiares e domésticos fica bem mais difícil de ocorrer. Desse modo, mesmo onde os sindicatos conseguem estar presentes, seu poder é facilmente corrompido pelo domínio paternalista do sistema de bem-estar do “padrinho” (HARVEY, 1992).

Na década de 1980, diversos autores salientaram, conforme apontado por Alves, a estrutura sindical corporativa como sendo uma das principais fraquezas do sindicalismo brasileiro. A herança do corporativismo torna o sindicato incapaz “de contrapor-se às novas provocações do capital que surgiam com o novo (e precário) mundo do trabalho” (ALVES, 2017, p. 113).

Além da organização corporativista dos sindicatos, Alves (2017) elenca algumas características da estrutura sindical brasileira, como sua descentralização e fragmentação - expressada pelo grande número de sindicatos municipais pouco expressivos e sem grande capacidade de barganha - e a questão da descentralização da estrutura sindical, que conta com poucas iniciativas e formas de ação unificadas (apesar da constituição das centrais sindicais a partir de 1983). Verifica-se também que os sindicatos

não têm inserção nos locais de trabalho, ficando sua atuação, desse modo, circunscrita ao exterior das empresas.

Outro item destacado pelo referido autor envolve a estrutura verticalizada dos sindicatos. Essa verticalização impõe dificuldades de articulação dos trabalhadores numa perspectiva horizontal mais ampla, que seja capaz de organizar a classe trabalhadora. Assim, essa estrutura acaba limitando a atuação da classe trabalhadora a uma determinada categoria assalariada o que, na prática, impossibilita a classe trabalhadora de “instaurar nova resistência da classe à ofensiva do capital na produção” (ALVES, 2017, p. 114).

Ao longo da década de 1980, muitos brasileiros depositaram suas esperanças no fim da ditadura e no estabelecimento de princípios democráticos. Essas esperanças se concretizaram nos anos de 1985 e 1988 respectivamente. No ano de 1985, chega ao fim a ditadura militar. Já o ano de 1988 marcou o estabelecimento de princípios democráticos e dos direitos de cidadania, que foram instituídos pela Constituição Cidadã.

No Brasil, as reformas de cunho neoliberais passam a ser promovidas a partir dos anos de 1990. Essas reformas, aliadas a reestruturação produtiva, afetaram diferentes ramos da economia. Nesse contexto, os sindicatos, apesar das garantias e direitos instituídos pela Constituição de 1988, não tiveram a mesma vitalidade verificada na década anterior.

AS REFORMAS NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

No caso envolvendo os professores da Rede Estadual de São Paulo, algumas das mudanças apontadas por Antunes tiveram um forte impacto nas relações de trabalho dos professores. Uma dessas mudanças envolvem os trabalhadores estáveis (no caso dos docentes da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo efetivos) e aqueles “que se tornam precarizados, terceirizados, subcontratados, *part-time*, que compreendem em um segmento em expansão no interior do mundo do trabalho, em escala mundial” (ANTUNES, 2005, p. 82).

No Estado de São Paulo o processo de fragmentação dos professores tem ocorrido através da criação de categorias. Atualmente,

existem sete categorias que enquadram os professores: a categoria A, P, F, S, L, O e V.

A primeira delas é a categoria A, que envolve titulares de cargo contratados por concurso público. A segunda categoria é a representada pela letra P e representa os estáveis pela Constituição. Já a categoria F é composta pelos docentes estáveis que tinham aulas atribuídas em 02/06/2007. A categoria S tem relação com os docentes com vínculo após 02/06/2007 e antes de 17/07/2009. A categoria L são de docentes com aulas após 02/06/2007 e antes de 17/07/2009. A categoria O é referente a docentes candidatos à admissão após a publicação da LC 1.093/2009 e a categoria V são os professores contratados como eventuais, sem aulas atribuídas.

Verifica-se que o processo de degradação do trabalho dos professores da rede pública do Estado de São Paulo não está restrito apenas aos baixos salários e as más condições de trabalho. A fragmentação da categoria, que entrou em vigor após o ano de 2007, pode ser compreendida como uma estratégia que visa dividir a categoria e dificultar a organização desses trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho e salário.

Além desse processo de fragmentação da categoria, uma série de reformas estão sendo implementadas desde o ano de 1996 nessa rede estadual de ensino. Essas reformas, conforme apontado por Fernandes (2010), além de excluírem a participação dos docentes, implicou de forma negativa no processo de aprendizagem dos alunos e na degradação das condições de trabalho dos professores.

Ao longo dos anos de 1990, escolas de diferentes partes do mundo passaram por mudanças profundas em suas condições de funcionamento. Essas reformas ocorridas foram pautadas por matizes reformistas que foram definidas de forma unilateral por organismos internacionais, como o FMI, por exemplo.

Assim, essas mudanças foram promovidas com base numa lógica vertical na medida em que as posições dos docentes foram ignoradas em detrimento de medidas definidas por técnicos e especialistas das esferas centrais do governo (FERNANDES, 2010). A exclusão da participação dos professores se manteve ao longo de todo o processo de implementação dessas mudanças que afetaram, e continuam afetando, as escolas do estado de São Paulo.

O início dessas mudanças ocorreu no ano de 1996, quando teve início o projeto “Escola de Cara Nova” (FERNANDES, 2010). Esse projeto promoveu uma série de mudanças nas ações pedagógicas, administrativas e na gestão dos recursos financeiros da rede estadual paulista. Os professores conheceram essas mudanças através de publicações oficiais que chegaram até as escolas e que foram implementados com a ajuda técnica das diretorias de ensino.

As mudanças contaram com a criação de salas ambientes, flexibilização do currículo do ensino médio, progressão continuada e outros projetos que passaram a ser acompanhados pela implementação do bônus-mérito e pelas avaliações externas para as escolas e seus professores.

Após esse projeto ter sido consolidado as avaliações externas, elaboradas por especialistas da Secretaria Estadual de Educação, apontavam que o desempenho dos alunos estava abaixo do esperado, demonstrando que esse projeto apresentava resultados aquém do esperado. Mesmo assim, um novo pacote de medidas já estava sendo elaborado com o intuito de dar continuidade a esse processo de mudanças.

Dessa vez, o projeto foi nomeado de “Escola do Acolhimento”. O objetivo, dessa vez, era melhorar as relações interpessoais entre professores e alunos, desenvolver a cidadania e estimular o protagonismo juvenil. As medidas desse projeto, que substituíram as medidas do pacote anterior, intensificaram “elementos da gestão gerencialista e performática no interior das escolas públicas paulistas” (FERNANDES, 2010, p. 80).

No ano de 2008, uma nova proposta foi apresentada sob o slogan “São Paulo Faz Escola” que representou uma espécie de continuidade das medidas que já estavam sendo instituídas em toda a rede de ensino. Nesse projeto, a dimensão é focada, cada vez mais, no trabalho individual em contraposição ao coletivo. Além disso, são focadas ações e medidas de controle que são pautadas em resultados de avaliações externas.

Tais medidas - que continuam sendo apresentadas periodicamente sob a justificativa de melhorar e modernizar a educação – expressam um novo modelo de gerência, pautado em resultados de avaliações externas, com ações e metas que devem ser cumpridos para que se alcance um resultado pré-determinado por técnicos e especialistas em educação. A recompensa para as escolas que atingiram as metas gira em torno de uma política de bonificação paga anualmente.

Essas mudanças acabaram por levar a um processo de precarização do trabalho docente, caracterizado por longas jornadas de trabalho, salas de aulas lotadas, baixos salários, condições de trabalho precárias e pela constituição de uma estrutura de gerências. Segundo Braverman:

o aumento da função controladora, juntamente com a consequente transformação dessas funções de gerência em processos de trabalho independentes, traz a necessidade de controlar os novos processos de trabalho, de acordo com os mesmos princípios aplicados à fábrica. (1981, p. 260).

Assim, na medida em que o trabalho de escritório sujeitou-se ao processo de racionalização, o contraste das atividades de escritório - antes relacionada ao trabalho mental – e o trabalho manual deixou de existir. Funções de planejamento foram se concentrando cada vez em grupos menores dentro do escritório. O mesmo pode ser verificado em relação ao trabalho docente.

Cada vez mais o conteúdo, as habilidades e competências que devem ser estimuladas e desenvolvidas nos alunos são pré-determinadas por técnicos e especialistas da educação. Toda a organização do trabalho passa a ser feita tendo em vista resultados que, de um modo geral, estão relacionados com o rendimento dos alunos aferidos através de avaliações externas.

De acordo com relatório divulgado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, no ano de 2015 foi recorde o número de professores que abandonaram seus cargos na rede estadual. No ano de 2014, havia 130.344 mil professores concursados e 113.708 mil não concursados. No ano seguinte, houve uma redução de aproximadamente 6% de professores concursados e 16% de não concursados.

Cabe ressaltar que esse processo de precarização das condições de trabalho será ampliado devido a algumas mudanças aprovadas no de 2017, como a reforma trabalhista e a lei da terceirização. Essas mudanças irão potencializar as consequências negativas não somente para os trabalhadores da educação, mas para a classe trabalhadora como um todo.

Diante disso, o questionamento que é feito envolve o sindicato e o impacto que essas mudanças neoliberais tiveram nessa instituição. Assim,

a APEOESP teria sido prejudicada diante dessas mudanças? Conforme já apontamos a partir das reflexões de David Harvey (1992), esse processo de flexibilização prejudica a atuação dos sindicatos e cria uma série de empecilhos para sua manutenção.

Entre os anos de 1979 e 1998, houve a seguinte variação no número de sócios¹:

ANO	ASSOCIADOS	SUBSEDES
1979	32.000	18
1981	19.000	19
1983	30.000	23
1985	33.000	23
1987	52.000	46
1989	65.000	57
1991	80.000	64
1993	122.000	76
1995	150.000	87
1998	138.000	91

Quanto ao impacto dessas mudanças em relação ao sindicato, se verificarmos a taxa de sindicalização havia, no ano de 2015, um total de 244.052 professores efetivos e não efetivos. O número de sindicalizados, nesse período, era de aproximadamente 150.000⁴. Em 2017, com cerca de 250.000 mil professores, essa taxa girou em torno de 180.000 mil sócios

Assim, mesmo diante de reformas que intensificam a degradação das condições de trabalho dos docentes e ameaçam a existência do sindicato, pode-se deduzir, *a priori*, que teria ocorrido um aumento quantitativo no número de sindicalizados entre o período que vai de 1979 a 1998 e entre os anos de 2015 a 2017. No entanto, é necessário verificar de modo mais qualitativo o impacto dessas reformas, classificadas como neoliberais, na atuação do sindicato.

¹ Dados disponíveis em: https://www.google.com.br/rl?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=11&ved=0ahUKewjngfy5runVAhWDEpAKHbgHD1o4ChAWCCUwAA&url=http%3A%2F%2Fbiblioteca.ufabc.edu.br%2Fmobile%2Fdownload.php%3Fidioma%3Dptbr%26acesso%3Dweb%26codigo%3D43458%26tipo_midia%3D2%26iUsuario%3D0%26obra%3D45961%26tipo%3D1%26downloadApp%3D1&usq=AFQjCNG4xjPSqHKLc6zhzNWL4iaOSGUamg. Acesso em: 08 ago. 2017.

CONCLUSÃO

Os resultados aqui apresentados refletem o estágio inicial no qual se encontra esta pesquisa. Sendo assim, a tese de que as políticas neoliberais promovem um processo de enfraquecimento dos sindicatos, diante dos dados referentes ao número de sindicalizados da APEOESP, não pode ser considerada válida nesse caso específico.

No entanto, como se trata de uma pesquisa em andamento, esses resultados devem ser considerados *a priori*, já que, apesar do número de associados ser um dado relevante, é importante considerá-lo juntamente com outros dados como, por exemplo, o engajamento desses professores às greves, manifestações e outras formas de reivindicação propostas pela APEOESP.

Assim, novos dados e informações são necessários para concluirmos se a tese levantada é capaz de explicar a descrença e o descrédito que envolve muitas vezes envolve o referido sindicato.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. Terceirização: o futuro do trabalho no Brasil. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 337-339, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00087>. Acesso em: 09 ago. 2017.

ANTUNES, R. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

FERNANDES, M. J. As recentes reformas educacionais paulistas na visão dos professores. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 75-101, 2010. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982010000300005>. Acesso em: 08 ago. 2017.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX. In: HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. p. 115-184.

POCHMANN, M. Desafios atuais do sindicalismo brasileiro. In: TOLEDO, Enrique de la Garza (comp.). *Sindicatos y nuevos movimientos sociales en America Latina*. Buenos Aires: Colección Grupos de Trabajo de GLACSO, 2005. p. 163-180. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101109030343/6pochmann.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Trad. André Telles. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVES, G.; ANTUNES, R. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0184.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2017.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho, suas principais metamorfoses e significados: um balanço preliminar. In: GUIMARÃES, Cátia; BRASIL, Isabel; MOROSINI, Márcia Valéria (org.). *Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010. p. 107-125.

ANTUNES, R. *O que é sindicalismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FERREIRA, M. O. V. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 225-240, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022006000200002>. Acesso em: 01 ago. 2017.

GINDIN, J. Sindicalismo dos trabalhadores em educação: tendências. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 75-92, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602013000200006>. Acesso em: 10 ago. 2017.

GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. A. S. Sindicalismo Docente e Política Educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, abr./ jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n48/n48a08>. Acesso em: 12 ago. 2017.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 89, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>. Acesso em: 05 ago. 2017.

PIOVEZAN, P. R.; DAL RI, N. M. A precarização do trabalho docente no estado de São Paulo: vinte anos de reformas. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 18, n.1, p. 178-197, abr. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20396/etd.v18i1.8635567>. Acesso em: 12 ago. 2017.

RAMALHO, J. R. Sindicalismo e política: a trajetória da CUT. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 288, fev.1998. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000100015>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 ago. 2017.

RODRIGUES, L. M. O sindicalismo corporativo no Brasil. *In*: RODRIGUES, L. M. *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política* (online), Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p.38-65, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/cghr3/pdf/rodrigues-9788579820267-04.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017.

ROSSO, S. D.; CRUZ, H. L.; RÊSES, E. S. Condições de emergência do sindicalismo docente. *ProPosições*, Campinas, v. 22, n. 65, p. 111-131, maio/ago. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072011000200009. Acesso em: 7 ago. 2017.

SANSON, C. Sindicatos em declínio: Análise, perspectivas e desafios. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA, 5., 2014, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: UFPR, 2014. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjlsYW3mOfVAhUFh5AKHaPWA PAQFggmMAA&url=http%3A%2F%2Farquivos.info.ufrn.br%2Farquivos%2F2014052177a3202015264b22d9698f90b%2FTrabalho_Completo_-_Congresso_Sociologia_UFPR_Cesar_Sanson.pdf&usq=AFQjCNGdCWbLyDKxGNWAFQFSYRzdQ2zVmQ. Acesso em: 05 ago. 2017.

SILVA, S. J. *Companheiros servidores: o sindicalismo do setor público na CUT*. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2013.

SOUZA, C. E. S.; FIGUEIREDO, L. Do novo sindicalismo ao sindicalismo novo: desafios e perspectivas para as organizações classistas. *In*: SEMINÁRIO TRABALHO RET., 8., 2010. *Anais [...]*. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Lorene_Figueredo_e_Carlos_Eduardo_de_Souza_do_novo_sindicalismo_ao_sindicalismo_novo.pdf. Acesso em: 02 ago. 2017.

TAKAHASHI, F. Rede estadual de SP enfrenta saída recorde de professores. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2015. Folha Educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1707366-rede-estadual-de-sp-enfrenta-saida-recorde-de-professores.shtml>. Acesso em: 01 ago. 2017.

TOLEDO, L. F.; VIEIRA, V. Rede estadual de SP perde 44,5 mil professores em dois anos. *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 out. 2016. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,rede-estadual-de-sp-perde-44-mil-professores-em-dois-anos,10000082144>. Acesso em: 03 ago. 2017.